



Conselho Nacional de Justiça

Reunião de Análise da Estratégia (RAE)

1. Informações Gerais

Data: 11/02/2020

Horário: 15h às 17h30

Local: Sala EA-03, Bloco E.

Participantes/Representantes:

Ministro José Antônio Dias Toffoli – Presidente do Conselho Nacional de Justiça – CNJ;
Ministro Humberto Martins – Corregedor Nacional de Justiça – CN;
Dr. Richard Pae Kim – Secretário Especial de Programas, Pesquisas e Gestão Estratégica – SEP;
Dr. Carl Olav Smith – Juiz Auxiliar da Secretaria Especial Adjunto de Programas, Pesquisas e Gestão Estratégica – SEP;
Dr. Johaness Eck – Diretor-Geral – DG;
Dr. Luís Geraldo Santana Lanfredi – Juiz Auxiliar da Presidência – Coordenador do Departamento de Monitoramento e Fiscalização do Sistema Carcerário e do Sistema de Execução de Medidas Socioeducativas – DMF;
Sra. Fabiana Andrade Gomes e Silva – Diretora do Departamento de Gestão Estratégica – DGE;
Sra. Aline Ribeiro de Mendonça – Representante do Centro de Formação e Aperfeiçoamento de Servidores do Poder Judiciário – CEAJUD;
Sr. Maurélio Ferreira – Diretor do Departamento de Acompanhamento Orçamentário – DAO – em substituição;
Sr. Yan Amaral Engelke – Coordenador de Gestão de Documentação – COGD;
Sra. Gabriela Moreira de Azevedo Soares – Diretora do Departamento de Pesquisas Judiciárias – DPJ;
Sr. Luiz Antônio Mendes Garcia – Diretor do Departamento de Tecnologia da Informação e Comunicação – DTI;
Sr. Ronaldo Araújo Pedron – Chefe do Gabinete da Ouvidoria – OUV;
Sr. Getúlio Vaz – Secretário de Administração – SAD;
Sra. Camila da Silva Barreiro – Chefe de Gabinete da Secretaria Especial de Programas, Pesquisas e Gestão Estratégica – SEP;
Sr. Jônathas Seixas de Oliveira – Representante da Secretaria de Comunicação Social – SCS;
Sr. Rodrigo Farhat Camargo – Secretário de Comunicação Social – SCS;
Sr. Raquel Wanderley da Cunha Chaussê – Secretária de Gestão de Pessoas – SGP;
Sr. Wernne Silva – Secretário de Orçamento e Finanças – SOF;
Sr. Anderson Rubens de Oliveira Couto – Secretário de Auditoria – SAU;

Facilitador

Sr. Adilson Medeiros da Silva – Chefe da Divisão de Desenvolvimento Institucional/DGE.

Equipe técnica DGE

Sra. Neuma Christina Lopes Nunes – Chefe da Seção de Planejamento Institucional/DGE;

Sr. João Paulo Guimarães da Silva – Estagiário da Seção de Planejamento Institucional.



Conselho Nacional de Justiça

Reunião de Análise da Estratégia (RAE)

Presentes:

Conselheira Flávia Moreira Guimarães Pessoa;
Dra. Lívia Cristina Marques Peres – Juíza Auxiliar da Secretaria Especial de Programas, Pesquisas e Gestão Estratégica – SEP;
Sr. Clever Lemos Nogueira – Secretaria de Gestão de Pessoas – SGP;
Sra. Thainá Tozze Baêta Neves – Secretaria de Gestão de Pessoas – SGP;
Sra. Mariana Cabral Nogueira de Sá – Secretaria de Gestão de Pessoas – SGP;
Sr. Diego Corrêa Alves – Secretaria de Gestão de Pessoas – SGP;
Sr. Antônio Mário Lúcio de Oliveira Junior – Secretaria de Gestão de Pessoas – SGP;
Sra. Maria Lucia Ramos Ventura Lagasse – Secretaria de Gestão de Pessoas – SGP;
Sra. Meg G. M. Ávila – Secretaria de Gestão de Pessoas – SGP;
Sr. Rogério Alves Lima – Secretaria de Gestão de Pessoas – SGP;
Sra. Juliana Almeida Costa Cronemberger – Secretaria de Gestão de Pessoas – SGP;
Sra. Mariana Brazil Bonani – Secretaria de Gestão de Pessoas – SGP;
Sr. Thiago Eustáquio Da Costa Gonçalves – Secretaria de Gestão de Pessoas – SGP;
Sr. Flávio Feitosa Costa – Departamento de Tecnologia da Informação e Comunicação – DTI;
Sr. Evandro Silva Gomes – Secretaria de Auditoria – SAU;
Sr. Marcos Vinícius Silva Campos – Departamento de Gestão Estratégica – DGE;
Sra. Fernanda Fleury Brandão – Departamento de Gestão Estratégica – DGE;
Sra. Gabriela Teixeira da Cunha Lobo – Departamento de Gestão Estratégica – DGE;
Sra. Natascha Barreto de Almeida Rangel – Departamento de Gestão Estratégica – DGE;
Sra. Juceli Maria Pinheiro de Farias – Departamento de Gestão Estratégica – DGE;
Sr. David Gomes Pereira – Departamento de Gestão Estratégica – DGE;
Sra. Renata Maroja Stochiero Ribeiro – Departamento de Gestão Estratégica – DGE;
Sra. Thaislana Marina Lima dos Santos – Departamento de Gestão Estratégica – DGE;
Sra. Cristina de Oliveira Winckler – Departamento de Gestão Estratégica – DGE;
Sr. Pedro Farage Assunção – Departamento de Gestão Estratégica – DGE;
Sr. Thawyo Wanderley Brandão Rosenthal – Departamento de Gestão Estratégica – DGE;
Sr. Benildo Morais Santos – Departamento de Gestão Estratégica – DGE;
Sra. Eva Matos Pinho – Secretaria-Geral – SG;
Sr. Igor Caires Machado – Departamento de Pesquisas Judiciárias – DPJ;
Sr. Igor Guimarães – Departamento de Pesquisas Judiciárias – DPJ;
Sr. Ricardo Lins Horta – Departamento de Monitoramento e Fiscalização do Sistema Carcerário e do Sistema de Execução de Medidas Socioeducativas – DMF;
Sr. Bruno Gomes Farias – Departamento de Monitoramento e Fiscalização do Sistema Carcerário e do Sistema de Execução de Medidas Socioeducativas – DMF;
Dra. Sulamita A. C. Marques – Assessora-chefe do Gabinete da Corregedoria Nacional de Justiça – CN;
Sr. Fernando C. Melo – Corregedoria Nacional de Justiça – CN;
Sr. Sidney Martins Pereira Arruda – Departamento de Tecnologia da Informação e Comunicação – DTI;
Sra. Karina Dias de Góis Murta – Secretaria-Geral – SG.

2. Objetivos da reunião

Apresentar o desempenho dos indicadores e projetos institucionais referente ao exercício de 2019; dialogar sobre eventuais dificuldades encontradas na mensuração



Conselho Nacional de Justiça

Reunião de Análise da Estratégia (RAE)

dos resultados; identificar soluções para os problemas percebidos na execução da estratégia do CNJ; e apresentar os novos projetos para 2020.

3. Pauta

- Abertura realizada pelo Presidente do Conselho Nacional de Justiça, Ministro Dias Toffoli;
- Divulgação do panorama geral dos resultados dos indicadores e dos projetos institucionais do exercício de 2019;
- Apresentação dos resultados dos indicadores e projetos institucionais, bem como possíveis gargalos e soluções;
- Exposição de projetos para o ano de 2020;
- Considerações finais.

4. Abertura

O Presidente do Conselho Nacional de Justiça, Ministro Dias Toffoli, iniciou a Reunião de Análise da Estratégia (RAE) desejando um excelente trabalho, e ressaltando a importância do Planejamento Estratégico em uma organização complexa como o Conselho Nacional de Justiça (CNJ), considerando sua missão e a existência de departamentos internos criados por lei, como o DMF, que é uma política pública de Estado inserida dentro do CNJ. Ressaltou que as ações devem ser coordenadas e integradas, e que, no mundo da gestão atual, a ideia de departamentalização e atuação em caixinhas já não se estabelece mais; todas as áreas devem atuar de forma coordenada sobre o processo. Finalizou realçando que a importância da Gestão Estratégica é cada vez maior.

5. Apresentações

Na sequência, Dr. Richard Pae Kim, Secretário Especial de Programas, Pesquisas e Gestão Estratégica do Conselho Nacional de Justiça (SEP), comentou que a reunião era uma ótima oportunidade para refletir sobre o que foi feito em 2019 e o que está sendo planejado para 2020. Noticiou que 8 (oito) dos 12 objetivos do Planejamento



Conselho Nacional de Justiça

Reunião de Análise da Estratégia (RAE)

Estratégico tiveram ótimo desempenho, o que demonstra o comprometimento das unidades, e parabenizou a todos. Ressaltou, ainda, a importância da oportunidade de apresentar os resultados ao Presidente do CNJ.

Por conseguinte, a Sra. Fabiana Gomes, Diretora do Departamento de Gestão Estratégica, externalizou a satisfação de contar com a presença do Presidente na 1ª Reunião de Análise da Estratégia (RAE) de 2020 do CNJ, o que demonstra a sensibilidade do Ministro em relação ao planejamento estratégico. Afirmou que a Estratégia do Conselho é de todos, e que cada unidade presente na RAE contribui para o alcance da missão institucional e objetivos estratégicos. Informou, ainda, que houve mudança na dinâmica da RAE, conforme pedido do Dr. Richard Pae Kim, para maior aproveitamento das discussões e reflexões das unidades acerca de seus desafios no cumprimento das metas e nas execuções dos projetos institucionais, e das melhorias implementadas. Na sequência, passou a palavra ao Sr. Adilson Medeiros, Chefe da Divisão de Desenvolvimento Institucional do DGE, para discorrer sobre o desempenho geral do planejamento estratégico do CNJ em 2019.

O Sr. Adilson apresentou a agenda composta pelo panorama geral dos resultados, apresentação dos resultados, desafios de 2019 e projetos para 2020 de cada unidade, e as considerações finais.

Destacou que, em 2019, dos 12 objetivos do planejamento estratégico, 8 foram cumpridos, o que corresponde a aproximadamente 70%; e pontuou que os 4 restantes foram parcialmente cumpridos, com desempenho bem próximos da meta. Explicou que os objetivos estratégicos são desdobrados em 31 indicadores dos quais 21 foram cumpridos, 8 parcialmente cumpridos, 1 não cumprido e 1 não foi mensurado; e sobre os 49 projetos institucionais informou que 27 foram concluídos e se enceraram em 2019; 15 foram cumpridos e tiveram todas as etapas concluídas nas datas previstas, o que equivale a um total de 42 projetos institucionais concluídos em 2019 – 86% de todos os projetos do CNJ; 3 foram parcialmente cumpridos; e 4 não cumpridos. Finalizou, passando a fala aos gestores para que apresentassem os resultados específicos de suas unidades e os projetos para 2020.



Conselho Nacional de Justiça

Reunião de Análise da Estratégia (RAE)

5.1 Execução da Estratégia - Principais pontos de melhorias, desafios encontrados e iniciativas para 2020

5.1.1 Departamento de Gestão Estratégica - DGE

A Sra. Fabiana Gomes enfatizou os projetos da unidade realizados em 2019, começando pela Revisão da Estratégia Nacional do Poder Judiciário e destacando a Portaria nº 59, de 23 de março de 2019, que estabeleceu o funcionamento da Rede de Governança Colaborativa do Poder Judiciário, a qual foi importante para a Revisão da Estratégia Nacional consubstanciada no mapa estratégico do poder judiciário para o próximo sexênio – 2021-2026 e apresentada no final do ano no XIII Encontro Nacional do Poder Judiciário. Em relação à revisão do Planejamento Estratégico do CNJ, destacou a sinergia das unidades e as oficinas para discussão de temas estratégicos e elaboração do mapa estratégico do CNJ para 2021-2026. Adiantou que os dois projetos vão continuar em 2020 e em junho serão instituídos os dois normativos correlatos: a Resolução da Estratégia Nacional do Poder Judiciário 2021-2026 e a Portaria da Presidência sobre o Planejamento Estratégico do CNJ. Enfatizou o II *Ranking* da Transparência realizado em 2019, que mobilizou os órgãos na prestação de informações de forma adequada e observou a lei de acesso à informação. Discorreu, também, sobre a Portaria CNJ nº 140, que instituiu o Portal CNJ de Boas Práticas, que já estava previsto desde da Resolução nº 70, e estimula os órgãos a publicarem suas boas práticas em diversas áreas temáticas visando a gestão do conhecimento e a utilização dessas boas experiências. Destacou, como projeto para 2020, a Implantação do Modelo de Gestão dos Projetos Institucionais, por meio de um sistema de gestão estratégica que possibilite o acompanhamento do planejamento estratégico e dos projetos institucionais. Enfatizou o processo de revisão da Instrução Normativa de Projetos e a intenção de se fazer um modelo de gestão de projetos. Por fim, destacou o importante apoio do Departamento de Tecnologia da Informação e Comunicação na execução dos projetos realizados em 2019 e os previstos para 2020.

5.1.2 Departamento de Pesquisas Judiciárias – DPJ



Conselho Nacional de Justiça

Reunião de Análise da Estratégia (RAE)

A Sra. Gabriela Moreira, Diretora do Departamento de Pesquisas Judiciárias, iniciou esclarecendo que traria 3 resultados de 2019 e 2 projetos principais para 2020. Destacou que, em 2019, a produção de pesquisas internas, sem custo e sem contratação, teve o maior número de publicações dos últimos 10 anos; foram 15 relatórios já publicados, além de outros na iminência de publicação. Foi a maior produção da história do CNJ em termos de produção de dados e pesquisas. Contando com as 5 pesquisas contratadas, contabilizou-se 20 pesquisas publicadas em apenas 1 ano. Fez destaque à centésima publicação – contando de 2010 a 2020 – do Relatório de Competência Delegada que levanta os dados das ações previdenciárias considerando a quantidade de processos na justiça estadual e na justiça federal, e que contou com a análise da Dra. Lívia, a qual auxiliou o DPJ na confecção do relatório. Em seguida, a Sra. Gabriela discorreu que a dificuldade na implementação do indicador de pesquisas contratadas está na fase de contratação; sugeriu desburocratizar os procedimentos em contratações futuras. Informou, ainda, sobre este indicador, que foram lançados 6 temas, todos debatidos junto ao Conselho Constitutivo do Departamento de Pesquisa Judiciária, e que 5 estão sendo trabalhados pelas instituições sem fins lucrativos contratadas, institutos de pesquisa que fazem pesquisas com autonomia e apresentam o resultado ao CNJ, sob a supervisão do DPJ, responsável por controlar as entregas parciais a fim de garantir um produto de acordo com o esperado. Dentre os projetos de 2019, destacou a Revista CNJ, cujo editor chefe é Dr. Richard Pae Kim. Esclareceu que não era uma revista estruturada no sentido acadêmico, mas agora utiliza o sistema eletrônico de informação, e cumpre com todos os requisitos formais exigidos pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES). Ainda sobre esta publicação, esclareceu que o DPJ tem 73 pareceristas cadastrados e que, em 2019, a unidade recebeu 96 artigos, dos quais publicou 22 e preservou 14 no banco de dados para utilização futura; também mencionou 10 julgados relevantes dos próprios Conselheiros do CNJ. Noticiou que, em 2020, houve abertura de edital para receber artigos até o dia 10 de abril, e destacou que é uma edição comemorativa em razão dos 15 anos de CNJ; o tema é “Conselho Nacional de Justiça e o futuro do Judiciário”. A Sra. Gabriela convidou a todos a participarem e enviarem artigos para revista, e



Conselho Nacional de Justiça

Reunião de Análise da Estratégia (RAE)

avisou que divulgação será no aniversário do CNJ em junho. Para 2020, destacou como desafio o Diagnóstico da Primeira Infância, porque será o maior diagnóstico coordenado pelo DPJ, em termos de avaliação qualitativa e abrangência regional. É uma pesquisa grande e a unidade conta com o apoio do Programa das Nações Unidas para Desenvolvimento (PNUD). A parte quantitativa será coordenada pelo CNJ, e o IPEA juntamente com o PNUD farão a parte qualitativa com pesquisadores de campo. Por fim, discorreu sobre outro grande desafio para 2020 que é a replicação nacional, o primeiro banco de dados nacional com registro de todos os processos judiciais em trâmite e baixados desde de 2015. Informou que estão registrados na base 212 milhões de processos judiciais - em trâmite, baixados e movimentação de classes-, e que são 6 bilhões de movimentos que precisam ser tratados, com o apoio do DTI, na forma oficial das estatísticas.

5.1.3 Departamento de Tecnologia da Informação – DTI

O Sr. Luiz Antônio, Diretor do Departamento de Tecnologia da Informação e Comunicação, informou que o DTI é medido por 2 indicadores principais; um mede o percentual de iniciativas realizadas para promover desenvolvimento colaborativo, integração e interoperabilidade entre os tribunais e tinha meta de 73%, tendo atingido desempenho de 83,3% em 2019. Noticiou que foram realizados cerca de 83 projetos e planos de ações pontuais de várias formas. Destacou o Processo Judicial Eletrônico (PJe) que hoje é uma política pública composta por um programa com cerca de 66 projetos diferentes, e que conta com a adesão de diversos novos tribunais; complementou dizendo que já existe uma versão do sistema em nuvem e que foi feita a integração da plataforma SINAPSES de Inteligência Artificial. Destacou 22 contratações de TI ao longo de 2019, incluindo o reforço da infraestrutura, renovação do parque, novas contratações de segurança da informação, e um portfólio de cerca de 125 sistemas abarcados no CNJ, que demandam muito esforço do DTI. Ressaltou que essas contratações deram apoio a todos sistemas que se encontram em operação. Destacou que o DTI executou cerca de 90% do orçamento do ano passado. Sobre o segundo indicador que mede a qualidade de governança de TI em todos os tribunais, informou que a meta era atingir 0,73 e atingiu 0,81. Sobre as principais



Conselho Nacional de Justiça

Reunião de Análise da Estratégia (RAE)

dificuldades destacou a equipe exígua para a grande demanda. Ressaltou ainda, que neste aspecto, o DTI precisa se socorrer nas contratações terceirizadas e o entrave administrativo, burocrático e de legislação dificultou a operação. Para 2020, noticiou três projetos institucionais: o primeiro é o programa do Processo Judicial Eletrônico (PJe) 2020 cujo objetivo é expandir e aprimorar a qualidade do PJe. O segundo é o aperfeiçoamento da operação do laboratório de inovação do Processo de Judicial Eletrônico (Inova PJe) com vistas a aprimorar e ampliar a atuação desse laboratório de inovação na qualidade em sede de um projeto institucional. O terceiro é a implantação, no Poder Judiciário, do trabalho colaborativo. Informou que foi lançado no ano passado um portal de governança digital, um conceito de comunidade, para que os tribunais possam trabalhar conjuntamente e compartilhar melhores práticas e projetos, evitando modelos de ilhas de solução. Agora, o objetivo é ampliar esse conceito de trabalho colaborativo para que haja otimização de resultados e recursos. Adicionalmente, divulgou que, segundo o Relatório do Justiça em Números, o Poder Judiciário tem orçamento anual de TI em torno de R\$ 2,5 bilhões e que são cerca de 6 mil técnicos de TI. Perguntado pelo Ministro Dias Toffoli, esclareceu que envolve o orçamento da Justiça Eleitoral, tirando os custos indiretos de equipe e afins, mas não englobam as rubricas específicas do eleitoral, como urnas eletrônicas.

5.1.4 Departamento de Monitoramento e Fiscalização do Sistema Carcerário e do Sistema de Execução de Medidas Socioeducativas – DMF

O Dr. Luís Lanfredi, Juiz Auxiliar da Presidência Coordenador do Departamento de Monitoramento e Fiscalização do Sistema Carcerário e do Sistema de Execução de Medidas Socioeducativas, iniciou esclarecendo que as iniciativas da unidade estão reunidas no programa denominado Justiça Presente, que é talvez a ação mais ambiciosa de uma gestão do CNJ nos 10 anos de criação do DMF, no que se refere ao ciclo penal, e foi viabilizado graças a uma descentralização de recursos do Ministério da Segurança Pública, no final de 2018, para o CNJ, com o objetivo de realizar atividades específicas. Esse programa reúne 19 iniciativas que perpassam todo o ciclo penal e conta aproximadamente com 200 pessoas. São 54 consultores radicados junto aos respectivos tribunais de justiça e regionais federais, que o CNJ,



Conselho Nacional de Justiça

Reunião de Análise da Estratégia (RAE)

junto com o Programa das Nações Unidas para Desenvolvimento (PNUD), contratou para realização e articulação das ações do programa na ponta. Destacou 3 iniciativas, dentre as 19, que simbolizam os bons resultados e a boa organização que o programa vem trazendo nos diferentes tribunais. Primeiramente, a expansão do Sistema Eletrônico de Execução Unificado (SEEU) que no início da atual gestão estava presente somente em dois Estados – Paraná e Minas gérias – e hoje está implantado em mais de 28 tribunais, com mais de 1,2 milhão de processos rodando ativamente, com resultados muito significativos. Noticiou que o projeto está na última fase – conjunto de tribunais - e que se espera que todos os tribunais, com cerca de 2 milhões de execuções penais, estejam dentro do SEEU ao final da atual gestão do Ministro Dias Toffoli. Evidenciou que os avanços desse projeto vêm permitindo maior controle, fiscalização e, principalmente, monitoramento do sistema prisional, e que ele, em conjunto com outros sistemas, fornecem uma visão mais ampla e significativa. A seguir destacou a implantação de 7 escritórios sociais, em 2019, e a expectativa de inauguração de mais 8 até o final da gestão. Observou que pela primeira vez, o CNJ integra algumas políticas que já tinham se consolidado no órgão, mas dando um tratamento à questão do egresso, algo que se consolida com a iniciativa do programa na medida em que essas estruturas de escritório social estão para autorreferenciar aquelas pessoas que deixam os estabelecimentos prisionais para que elas possam encontrar os caminhos adequados para a reintegração social. Pontuou também o fortalecimento das audiências de custódia, e informou que o DMF trabalha com 27 consultores distribuídos em cada uma das unidades da federação, provendo para os juízes o conhecimento adequado para que haja uma performance satisfatória dos magistrados em relação às audiências de custódia. Esses consultores estão atuando na base promovendo as capacitações necessárias para compartilhamento de conhecimento em relação à importância, à necessidade, e o que isso representa para uma melhor depuração da porta de entrada do sistema prisional, valorizando, assim, não só a etapa da entrada, como também o cumprimento e o pós-penitenciário que é o momento final do ciclo. Além disso, adicionou o incentivo à difusão das Centrais de Alternativas Penais e ao reforço da importância da monitoração eletrônica, o que já vem permitindo que esse programa, com os resultados iniciais tenha um



Conselho Nacional de Justiça

Reunião de Análise da Estratégia (RAE)

reconhecimento internacional, pois dois países da América Latina procuraram o CNJ para conhecer o programa e se apoderar de suas metodologias para aplicação e replicação local dessas atividades. O Sr. Lanfredi adicionou que há uma série de eventos programados para 2020 e frisou como importante a aprovação de resoluções, não só em relação ao Sistema Eletrônico de Execução Unificado (SEEU), mas também à política de egressos definindo como uma política pública judiciária para esse segmento dentro do ciclo penal, como, também, a resolução de biometria que será para o Justiça Presente em 2020 a grande entrega da gestão do Ministro Dias Toffoli. Por fim, esclareceu que esse ciclo administrativo termina com a aquisição de componentes tecnológicos, os mesmos que são utilizados pela Justiça Eleitoral, os quais serão legados a cada um dos tribunais de justiça e tribunais regionais federais. Isso permitirá logo à entrada, ou então durante o cumprimento da pena, registrar informações biométricas de todas as pessoas que estão em cumprimento de pena no país, o que é uma realização que se pode registrar como única na América Latina. Finalizada esta apresentação, o Presidente do CNJ pediu licença para atender outras audiências e cumprimentou a todos pela realização de projetos.

5.1.5 Diretoria-Geral - DG

O Dr. Johaness Eck, Diretor-Geral, informou que o gabinete da Diretoria-Geral faria uma síntese de todas as ações das unidades que compõem a Diretoria. Iniciou abordando o projeto institucional endereçado ao próprio gabinete, o qual tratava da elaboração de cartilha para subsidiar a implementação da gestão de riscos no CNJ, já concluído. Informou que foi publicada uma portaria de 10 outubro de 2019 - alterada no final do ano; que o manual está na segunda versão mais simplificada; e que documentos padronizados estão disponíveis no Sistema Eletrônico de Informações (SEI). Esclareceu que o projeto tinha prioridade de ser iniciado pela Diretoria-Geral, mas estão sendo feitas melhorias, e a primeira é a alteração do comitê para que haja uma disseminação em todo o CNJ. Sobre os objetivos estratégicos que são afetos à Diretoria-Geral: garantir infraestrutura adequado ao funcionamento do CNJ, aprimorar o acompanhamento da execução orçamentaria e financeira e implementar ações que promovam saúde a qualidade de vida no trabalho de forma integrada e continua,



Conselho Nacional de Justiça

Reunião de Análise da Estratégia (RAE)

manifestou a intenção da Diretoria-Geral de tratar junto ao DGE a proposição de alterações nos indicadores porque o CNJ está diferente, ganhou um novo porte, e a Diretoria-Geral tem que começar a ver outros indicadores e projetos. Exemplificou com o indicador da execução orçamentária que tinha meta de 65% e atingiu 85%, o que demonstra que foi atingida a capacidade de execução plena da lei orçamentária. Isso se verificou no final de ano quando foram pagos R\$194 milhões e o CNJ teve que usar 3,8 milhões da compensação do executivo. Esclareceu que o indicador não será abandonado, por ser importante, mas haverá novos indicadores para monitorar e conter despesas de custeio. Outros indicadores terão que tratar sobre isso para garantir o pagamento do pessoal que é obrigatório e que tem crescimento natural a cada ano. Abordou também a necessidade de se ter um indicador que garanta capacidade de investimento, principalmente, na área da tecnologia da informação e comunicação, não apenas investimento em compras, mas com serviços, desenvolvimento de sistemas. No caso da garantia da infraestrutura, ressaltou que o resultado se deve à mudança para a nova sede do CNJ. Alertou, porém, que para trabalhar de forma eficiente no custeio do CNJ, há necessidade de outros indicadores para garantir, por exemplo, contratação em preços mais baixos do que o Judiciário e a Administração Pública Federal. Informou que em alguns casos, já desenvolveram esses indicadores e proporão essa inclusão. No caso das contratações, noticiou que há uma nova minuta de instrução normativa, e novo manual que visa contratações mais rápidas e desburocratizadas. Esclareceu que esses indicadores, em parte, já estão desenvolvidos pela Comissão Permanente de Licitação (CPL) e que selecionarão os mais representativos para continuidade do trabalho juntamente com aqueles do PLS (Plano de Logística Sustentável). Também informou que alguns projetos serão incorporados ao planejamento estratégico, e um desses diz respeito à aquisição da sede, não com o orçamento, mas por meio de mecanismos a serem explorados junto à Secretaria do Patrimônio da União. Sobre a Gestão de Pessoas, que é a área que tem mais indicadores, falou da intenção de reduzir o rol e incluir alguns que o novo porte e os resultados alcançados exigem. Informou sobre o salto na capacitação dos novos servidores, que é uma atividade perene e fundamental na gestão de pessoas, e sobre novas formas de capacitações inclusive no exterior. Como resultado também



Conselho Nacional de Justiça

Reunião de Análise da Estratégia (RAE)

importante, noticiou a evolução no conceito do que se fazer para a saúde dos servidores do CNJ, que é o trabalho de tentar a adesão à autogestão do Supremo Tribunal Federal (STF). Pontuou, entretanto, que soluções intermediárias foram alcançadas, como o convênio com a Fundação Assistencial dos Servidores do Ministério da Fazenda (Assefaz) que já tem um terço dos servidores, que é uma economia para cada um deles. Na sequência, passou a palavra para a Sra. Raquel Wanderley – Secretária de Gestão de Pessoas, para abordar demais projetos. Essa iniciou discorrendo sobre as ações de capacitação que foram mais de 900 dentre cursos externos, cursos internos e bolsas de estudo - bolsas de língua, pós-graduação, mestrado e doutorado. Isso representou quase 90% da execução do orçamento de capacitação em 2019, o que foi a maior série histórica no CNJ. Noticiou que a Diretoria-Geral tem um projeto pedagógico institucional aprovado para aplicação baseada na gestão por competências, ou seja, a execução do orçamento de uma forma eficiente naqueles servidores que de fato precisam ter conhecimento para aplicação na Instituição. Então, em 2020, a DG pretende dar continuidade à gestão por competências por meio da capacitação dos servidores. Além disso, pontuou que ter um sistema confiável de folha de pagamento é uma preocupação da unidade. Afirmou que há um projeto em andamento relativo a um novo sistema de gerenciamento de informações de forma mais confiável para implantação ainda em 2020. Noticiou ainda que está em processo de finalização a contratação de um mestrado profissional em administração pública com a Universidade de Brasília (UnB) em que os servidores poderão ser capacitados e o CNJ poderá ter projetos de intervenção no órgão, inclusive, com novas pesquisas que possam ser aplicadas no Conselho. Na questão de saúde, reafirmou o acordo com a Assefaz e informou que está em andamento um estudo atuarial – com análise do CNJ –, para uma possível adesão à autogestão do STFMed (plano de saúde do STF). Em seguida, destacou a Segunda Aplicação da Pesquisa de Qualidade de Vida no Trabalho – que será em abril de 2020 – a primeira foi aplicada em 2017 –, e que estão prevendo um aumento da percepção da qualidade de vida no trabalho das pessoas no CNJ. Além disso, citou que a SGP vem se ocupando com o dimensionamento da força de trabalho e com o atendimento das demandas de acordo com as equipes existentes, e que,



Conselho Nacional de Justiça

Reunião de Análise da Estratégia (RAE)

recentemente, foi atualizada a norma de estágio prevendo a possibilidade de um aumento no corpo de estagiários, mas essa é uma das ações que está sendo estudada. Ao final, o Dr. Richard fez o registro da importância da RAE nesse momento, pois é a primeira vez que o presidente CNJ e o Corregedor CNJ participam. Salienta que é um momento de extrema importância e reconhecimento inclusive do trabalho e dos departamentos e secretarias do CNJ.

5.1.6 Corregedoria Nacional de Justiça- CN

O Ministro Humberto Martins, Corregedor Nacional de Justiça, iniciou destacando que a Corregedoria Nacional definiu dois indicadores sinalizando as suas competências com relação, principalmente, às inspeções realizadas nos tribunais de justiça estaduais e tribunais regionais federais. Informou que, com relação aos tribunais regionais federais, o CNJ tem convênio com o Superior Tribunal de Justiça (STJ) por meio do Conselho da Justiça Federal (CJF), mas independentemente da fiscalização da Corregedoria Geral do STJ junto ao CJF, a Corregedoria Nacional está realizando inspeções nos tribunais regionais federais, que são 5. Em 2019, foram realizadas duas inspeções e será realizada a terceira no início de 2020. Referente aos tribunais estaduais, considerando do início da gestão até a atualidade, foram 20 inspeções. Então, até junho, serão contabilizadas 27 inspeções nos tribunais estaduais com a presença do Corregedor. Noticiou que a 21ª foi realizada no Estado do Acre. Esclareceu que foram diminuídos os números de juízes auxiliares que comparecem e o número de assessores, atendendo orientação do Presidente para trabalhar mais com menor custo; e que o cronograma foi cumprido e os relatórios encaminhados no menor prazo possível. Abordou, também, o índice que mede o percentual de julgamento dos processos distribuídos no exercício. Foram distribuídos 8.634 processos e julgados 9.820 processos, atingindo desempenho de 113,74% por meio de um trabalho coordenado em que foram priorizadas as áreas mais sensíveis que demonstravam maior demanda acumulada. Com relação à apuração de juízo, declarou que estão em dia. Complementou com a informação sobre o programa PJe COR, dentro do FONACOR, que está sendo testado em alguns tribunais estaduais



Conselho Nacional de Justiça

Reunião de Análise da Estratégia (RAE)

que se comunicam com as Corregedorias através das unidades correicionais com projeto piloto do Tribunal de Justiça Rio Grande do Norte (TJ-RN).

5.1.7 Centro de Formação e Aperfeiçoamento de Servidores do Poder Judiciário – CEAJUD

A Sra. Aline Mendonça, Chefe substituta do Centro de Formação e Aperfeiçoamento de Servidores do Poder Judiciário, iniciou informando que em 2019 o CEAJUD teve um indicador importante que foi a capacitação dos servidores dos diferentes ramos da justiça em competências estratégicas, e cujo resultado alcançado foi bem superior ao estimado, sendo que a principal causa do desempenho foi o Prêmio CNJ de Qualidade que estimulou os tribunais a pontuarem mediante a participação no curso de nivelamento, ação que resultou em quase 60 mil servidores capacitados no curso. Informou que para 2020, o CEAJUD tem vários projetos grandes, e que as capacitações têm se destacado por não serem só na modalidade a distância, mas também nos modelos semipresenciais. Noticiou que 2020 iniciou com um volume grande de capacitações do Marco Legal da Primeira Infância e suas Implicações Jurídicas. Os cursos serão levados a todos os estados, e ofertados para operadores de direito, tais como magistrados, policiais e todas as pessoas que lidam com a primeira infância. Frisou que o CEAJUD atua em parceria com as demais unidades do CNJ realizando as capacitações para formar servidores e capacitá-los nas competências estratégicas. Ao final, o Dr. Richard argumentou se é possível alcançar a meta de 100 mil capacitados em 2020, e a Sra. Aline afirmou que pode chegar e que a previsão para o marco legal da primeira infância já é de 30 mil servidores.

5.1.8 Coordenadoria de Gestão de Documentação – COGD

O Sr. Yan Amaral Engelke, Coordenador de Gestão de Documentação, iniciou contextualizando a criação da Coordenadoria, em 2017, e explicando que ela cuida de toda produção da documentação do CNJ até a sua destinação final, seja a eliminação dos documentos ou recolhimento para guarda permanente; e que cuida também da memória institucional do CNJ. Em relação aos projetos, afirmou que a unidade tem vários, mas para participar do planejamento estratégico citou um que



Conselho Nacional de Justiça

Reunião de Análise da Estratégia (RAE)

encaminhará ao DGE: a revisão dos fluxos de eliminação de documentos dentro do Conselho Nacional de Justiça. Noticiou que o CNJ já realizou uma eliminação de documentos no passado, e que a pretensão é fazer 100% dentro das normas de auditoria e normas de controle interno, de forma sustentável e social. Diante disso, concluiu que a unidade se encaixa dentro do objetivo estratégico de inovação e sustentabilidade, porque com a eliminação irá inovar dentro dos fluxos e economizar recursos para o Conselho. A proposta para 2020 é eliminar 120 metros lineares de documentos, evitando assim a aquisição de 35 novas estantes e caixas de documento de papel, e a compra de mais espaço físico para armazenamento. Ao final dessa eliminação a unidade pode encaminhar o material para uma empresa de reciclagem, com apoio da SAD. A unidade tem outros projetos, mas que devem ser realizados no próximo ano.

5.1.9 Departamento de Acompanhamento Orçamentário – DAO

O Sr. Maurélio Ferreira, Diretor Substituto do Departamento de Acompanhamento Orçamentário (DAO), iniciou falando do indicador 23 dentro do objetivo estratégico 9, que acompanha as publicações relativas a algumas resoluções do CNJ. Enfatizou que a importância dessas publicações se deve ao fato de refletirem a execução orçamentária e financeira de todos os tribunais. Destacou que, em especial a Resolução nº 102, de 15 de dezembro de 2009, interessa aos tribunais de justiça que não têm o Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal (SIAFI). As publicações também permitem acompanhamento do Relatório de Gestão Fiscal (RGF), previsto na LRF, para analisar os limites de gastos com pessoal. Ressaltou, ainda, a Resolução CNJ nº 195, de 3 de junho de 2014, que trata da distribuição do orçamento de primeiro e segundo grau. Resumiu que o indicador engloba tudo isso e é muito importante por isso, deve continuar como uma meta permanente de quase 100%. Destacou o Comitê Técnico Consultivo de Orçamento do Poder Judiciário criado pela Portaria nº 73, de 16 de maio de 2019, cujo coordenador é o Dr. Richard Pae Kim com ênfase à contribuição prevista no inciso III do art. 3º: “Art. 3º São atribuições do Comitê: III – acompanhar, em coordenação com as assessorias parlamentares dos órgãos do Poder Judiciário, as matérias relativas



Conselho Nacional de Justiça

Reunião de Análise da Estratégia (RAE)

ao tema orçamentário em trâmite no Poder Legislativo”. Ressaltou, ainda, a importância de acompanhar e evolução das Propostas de Emenda Constitucional (PEC) nº 186, nº 187 e nº 189, do Plano Mais Brasil. Por fim, comentou que, em função de uma recomendação de Auditoria - Relatório nº 2 de 2019 - a unidade divulgará seus dados em linguagem acessível. Antes de finalizar, o Dr. Richard complementou observando que a mudança da forma de trabalho desse comitê foi muito boa, possibilitando antecipar os movimentos em termos de alteração Legislativa.

5.1.10 Secretaria de Comunicação Social – SCS

O Sr. Jônathas Seixas de Oliveira, representante da Secretaria de Comunicação Social, informou inicialmente que estava representando o Sr. Rodrigo Farhat Camargo, Secretário de Comunicação Social, porque este precisou se ausentar para acompanhar o Ministro Dias Toffoli em um compromisso oficial. Explicou que a SCS tem três indicadores relacionados ao objetivo estratégico número 6 que são: taxa de crescimento de seguidores nas mídias sociais; índice de repercussão do CNJ nas mídias; e índice de satisfação com a comunicação interna. Em seguida, relatou que há uma tratativa entre o DGE e a equipe técnica da comunicação para que haja uma revisão desses indicadores porque as métricas das redes sociais mudaram muito, principalmente no último ano, por isso, para 2020, provavelmente haverá uma revisão. Como projeto institucional da comunicação em 2019, destacou a realização de III Encontro Nacional de Comunicação do Poder Judiciário com vistas ao alinhamento da comunicação com a população. Para este evento, a SCS teve apoio do Centro de Formação e Aperfeiçoamento de Servidores do Poder Judiciário (CEAJUD), da Secretaria de Administração (SAD), da Secretaria-Geral (SG) e da Secretaria Especial de Programas, Pesquisas e Gestão estratégica (SEP). Informou que, como resultado desse encontro, foi criado o portal de Comunicação Integrada que é o sistema de comunicação do Poder Judiciário o qual possibilita a interação dos comunicadores do Poder Judiciário através de compartilhamento de iniciativas, ações, matéria, de tudo que possa ser compartilhado e, assim, facilitar o trabalho de todos. Para 2020, destacou o projeto do lançamento da Rádio CNJ, que se encontra disponível em uma plataforma digital, com alcance de mais de 2 mil rádios espalhadas pelo país.



Conselho Nacional de Justiça

Reunião de Análise da Estratégia (RAE)

5.1.11 Ouvidoria – OUV

O Sr. Ronaldo Araújo Pedron, Chefe de Gabinete da Ouvidoria, iniciou informando que a unidade cumpriu os dois indicadores: Atendimento da Ouvidoria e Satisfação com o Atendimento da Ouvidoria - sendo o primeiro mais quantitativo e o segundo mais qualitativo; e que estes dizem respeito a todos, pois a Ouvidoria é um meio, um canal, e, como tal, encaminha as demandas do cidadão às várias áreas do CNJ. Por isso reforçou a necessidade de interoperação e solicitou a todas as unidades que se sensibilizem e tenham cuidado com relação ao cidadão e às demandas que chegam que são das mais variadas naturezas. Contextualizou o trabalho explicando que, desde 2015, a Ouvidoria instituiu o Relatório Anual e que hoje há registro de 24 mil atendimentos/ano. Relatou que mais de 50% da demanda se refere a reclamação do andamento processual, categorizado como “morosidade processual”. O segundo lugar chega a 5,7% e é sobre como peticionar o CNJ. Destacou que o índice da “morosidade processual” quando associado ao índice de satisfação, cujo resultado foi de 68%, demonstra a legitimidade do CNJ e do seu canal de comunicação com o cidadão. Complementou observando que esta situação revela um problema, porque a Ouvidoria não pode ser mecanismo de celeridade processual, uma vez que não se destina a isso, apesar de reconhecer que há intervenção possível. Refletiu que existe um grande repositório de informações acerca de todos os tribunais, e que a Ouvidoria, como ferramenta de gestão, tem um grande potencial a ser explorado associando as demandas da ouvidoria com outras informações que já existem no CNJ, como o Justiça em Números. Com relação a 2019, destacou o *Ranking* da Transparência como meio de fomentar discussões sobre acesso à informação, participação cidadã, sites com transparência (tanto ativa quanto a passiva), e ressaltou, ainda, a parceria com o Departamento de Pesquisas Judiciárias (DPJ) no prêmio CNJ de qualidade que teve pela primeira vez um indicador referente a Ouvidoria, o que gerou grande capacidade de interlocução com as Ouvidorias dos tribunais. Noticiou, também, a implementação da política de dados abertos, cujo provimento já foi publicado e o plano está em elaboração. Por fim, informou sobre o projeto do Primeiro Encontro CNJ de Ouvidorias do Poder Judiciário, nos dias 19 e 20 de março, que objetiva construir uma



Conselho Nacional de Justiça

Reunião de Análise da Estratégia (RAE)

capacitação a distância (EaD) – em parceria com o CEAJUD – para que servidores de Ouvidoria tenham acesso a todo o material relativo ao atendimento à ouvidoria, formatação e publicação de relatórios, pesquisa de satisfação, a importância dessa ferramenta de participação social e transparência.

5.1.12 Secretaria Especial de Programas, Pesquisas e Gestão Estratégica – SEP

A Sra. Camila Barreiro, Chefe de Gabinete da Secretaria Especial de Programas, Pesquisas e Gestão Estratégica, informou que a unidade tem dois projetos grandes, totalmente concluídos: o Encontro Nacional do Poder Judiciário e a Revisão dos Indicadores, Metas e Ações do PLS/CNJ. Para 2020 destacou os projetos: Primeira Infância e Programa Resolve, este conduzido pela Dra. Livia, e composto por quatro projetos. Informou que, destes quatro projetos, com exceção do *Integração do consumidor.gov*, que foi o único que ficou com execução abaixo do esperado, os demais estão bastante avançados, próximos da conclusão. Sobre o projeto *Execução Fiscal - Automação e Governança* informou que os fluxos foram concluídos, e que, em 2020, o desafio é avançar nos normativos e nas questões de governança. Acerca do projeto *Benefícios Previdenciários por Incapacidade* noticiou que está próximo da conclusão e que, uma vez encerradas as etapas previstas, a ideia é trabalhar em uma integração do INSS com o PJe, algo similar a um *Web Service*. Apresentou os resultados do projeto *Poupança - Planos Econômicos* - R\$ 1,5 bilhão já devolvido e 109 mil poupadores atendidos - e a dificuldade atual que é a integração do consumidor.gov ao PJe. Esclareceu que a celebração dos termos já foi concluída e que estão sendo trabalhados os pilotos do Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios (TJDFT) e do Tribunal Regional Federal da 1ª Região (TRF). Sobre esses pilotos, explanou que sugeriram algumas dificuldades de ordem prática, cuja solução não dependem somente do CNJ, mas também dos agentes locais. Quanto ao TJDFT, foi identificado o baixo engajamento da equipe técnica, e quanto ao TRF1, a questão foi a divulgação interna. Ressaltou, ainda, que no caso do TRF1 os advogados foram os promotores do projeto, o que surpreendeu as expectativas. A lição aprendida nestes casos foi a necessidade de envolver as instâncias de governança da TI local. Quanto ao projeto da Primeira Infância (*Justiça Começa na*



Conselho Nacional de Justiça

Reunião de Análise da Estratégia (RAE)

Infância: fortalecendo a atuação do sistema de justiça na promoção de direitos para o desenvolvimento integral), esclareceu que é desenvolvido com o fundo de defesa dos direitos difusos; que tem vários eixos (capacitação, seminários, boas práticas, diagnóstico); e que a SEP trabalha de forma intensa com DPJ, CEAJUD e DGE. Informou, ainda, que o projeto provocou a mobilização das regiões, promovendo o diálogo entre os atores e o surgimento de novos projetos, e sugeriu a criação de uma rede para impulsionar esta interação. Destacou que os resultados dos seminários têm sido muito bons, tanto no que tange ao número de inscritos, como também à promoção da capacitação - que coloca os operadores do direito em contato com a rede e as políticas públicas - e à interação entre os participantes. Informou que este projeto está um pouco abaixo da expectativa devido a um problema burocrático relacionado ao diagnóstico que foi a celebração do Documento de Projeto (PRODOC) com o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), mas há previsão de contratação em março. Também ressaltou problemas na capacitação que será desenvolvida em dois eixos: um semipresencial para magistrados, operadores do direito, e um EaD para os demais atores da rede e, cuja licitação atrasou. Quanto às boas práticas, informou que foram selecionadas e a próxima fase é a disseminação das boas práticas. Esclareceu que os maiores desafios para 2020 na Primeira Infância são: a capacitação EaD e a conclusão do diagnóstico. Pontuou que, além desses projetos do Programa Resolve, outro desafio bem grande é o trabalho da Coordenadoria de Gestão de Documentação, por ser uma unidade nova. Na sequência, o Dr. Richard, iniciou a apresentação de projetos e iniciativas divulgando que houve uma reunião com o Sr. Rodrigo Rocha Assessor-Chefe do Gabinete da Secretaria-Geral e a Sra. Fabiana, Diretora do DGE, para discutir a criação de um sistema de acompanhamento de projetos do CNJ, a fim de permitir que todos possam acompanhar seus projetos e ter uma visão do todo a qualquer tempo, sabendo naquilo que é preciso investir em questão de tempo, serviço e afins. Em seguida, parabenizou o DTI por ter implantado internamente essa solução que agora se amplia para todo o CNJ. Adicionou que, com a implantação do sistema, a visão da RAE deve mudar, e que o objetivo é fazer acompanhamento, via sistema, para que as unidades tenham ciência de tudo que está sendo planejado. Por conseguinte, o Dr. Richard informou



Conselho Nacional de Justiça

Reunião de Análise da Estratégia (RAE)

uma relação de ações, juntamente com Secretaria-Geral e demais parceiros: ações dentro da Estratégia Nacional de Combate à Corrupção e à Lavagem de Dinheiro (ENCCLA), uma delas inclusive resultou em 2019, em razão de esforço da Corregedoria, na aprovação do provimento, implantação de sistema de acompanhamento e inclusão dos notários e registradores dentro do sistema do Conselho de Controle de Atividades Financeiras (COAF), o que foi um avanço para o país. Relacionou o Grupo de Trabalho da Segurança Pública que agora trabalha fortemente para regulamentar a atuação das varas colegiadas. Citou o Comitê Gestor dos Cadastros Nacionais – CGCN - e enfatizou que agora há uma central que de fato cuidará dos cadastros e sistemas do Conselho Nacional de Justiça, o que é um grande avanço e tem melhorado os cadastros que existiam. Informou que existe uma proposta para extinguir cadastros que estavam totalmente desatualizados e ineficientes, beneficiando assim investimentos adequados. Elencou o Programa Nacional de Gestão Documental e Memória do Poder Judiciário (Proname) que avançou muito e que talvez já haja um texto final para a proposta de resolução relativa à gestão documental e de memória do Judiciário. Enumerou o Grupo de Trabalho da Lei Anticrime que o Corregedor está coordenando e que trará vários avanços. Citou o Grupo de Trabalho das Ações Coletivas com os dois subgrupos empenhados em apresentar uma proposta de projeto de lei das ações coletivas para melhorar o sistema, além de se tentar dentro do CNJ, administrativamente, resolver questões relativas às estas ações. Adicionou o Grupo de Trabalho da Inteligência Artificial do qual fazem parte o Dr. Bráulio, Conselheiro Rubens Canuto e outros, que busca regulamentar em termos não só principiológicos, mas, também, em termos de regras de como deve ser o desenvolvimento da Inteligência Artificial dentro do Judiciário. Evidenciou o investimento para combater *fake News*, desinformação e comunicar melhor, ressaltando a criação da Comissão Permanente de Comunicação do Judiciário, e também a importância de se ter uma política de comunicação judiciária para que se possa comunicar mais e melhor. Citou, ainda, o Grupo de Trabalho dos Juizados Especiais que objetiva melhorar o fluxo de trabalho e permitir que os processos fluam adequadamente, inclusive, com distribuição adequada de serviços dentro de cada tribunal. Seguiu enumerando o Grupo de Trabalho das custas que está



Conselho Nacional de Justiça

Reunião de Análise da Estratégia (RAE)

em processo de finalização do texto da lei complementar que será uma lei geral das custas para todo o país para diminuir as diferenças. Citou o Comitê de Cooperação Nacional que está discutindo sobre vídeoconferência, transferência de presos, cooperação internacional. Também informou que o CNJ participa do *E-Business* com o objetivo de o Judiciário ajudar a melhorar o ambiente de negócios no Brasil. Sobre o Observatório Nacional, registrou que tem tido papel fundamental na resolução das demandas das grandes tragédias no país, e citou a atuação da Conselheira Maria Tereza Uille no acordo na cidade de Maceió (AL), que beneficiou mais 4 mil famílias da área de risco. Ainda lembrou a consolidação das resoluções que está sendo conduzida pelo DGE juntamente com demais áreas, ressaltando que a consolidação deve ser feita no papel e no sistema, com o apoio do DTI e da SCS. Sobre isso, deu destaque às dificuldades de localização dos normativos via pesquisa na internet, e informou que já foi feito contato com o *Google*. Enumerou, na sequência, o Grupo de Trabalho dos Bens Apreendidos mencionando que é um tema de extrema importância, e que a gestão dos bens precisa ser melhorada, enfatizando que o sistema Jud estava entrando em colapso, mas alguns avanços foram conseguidos, e se espera resolução o mais rápido possível. Sobre a Execução Fiscal, ressaltou que a expectativa é ter, até julho, um novo sistema pelo menos dentro do PJe, e que este é o projeto destaque desta gestão. Relativamente ao Grupo de Trabalho da Gestão de Dados, coordenado pelo Conselheiro Rubens Canuto e o Ministro Ricardo Villas Bôas Cueva do STJ, informou que se espera progresso nesse semestre. Informou sobre o Selo da Desburocratização e sobre a necessidade de incentivar os tribunais na melhoria dos seus processos o mais rápido possível. Citou, também, a necessidade de incentivar os tribunais na utilização do Portal de Boas Práticas do Poder Judiciário. Na sequência, realçou o projeto Obras paralisadas como uma grande ação do CNJ e desta Presidência, e noticiou o lançamento nacional do Programa Nacional Integrado de Retomada de Obras chamado “Destrava”, que acontecerá no dia 17 de fevereiro, em Goiânia, onde começará projeto piloto. O evento contará com a participação do Tribunal de Contas da União (TCU), da Advocacia-Geral da União (AGU), do Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP), da Procuradoria Geral da União (PGR), da Controladoria-Geral da União (CGU), Ministro de Estado e Governador.



Conselho Nacional de Justiça

Reunião de Análise da Estratégia (RAE)

Elencou a Revista CNJ e destacou os 15 anos do conselho, reforçando a importância da data e afirmando que conta com a participação de todos. Sobre o Grupo de Trabalho do Tribunal do Júri, afirmou que se espera melhorar o andamento dos processos de Júri, com uma proposta de projeto de lei que o presidente deve apresentar para o Congresso Nacional. E, finalizando, citou o Depoimento Especial que está em andamento e passou a palavra ao Dr. Carl para encerramento.

6. Encerramento

Antes de encerrar, o Dr. Carl Olav Smith – Juiz Auxiliar da Secretaria Especial Adjunto de Programas, Pesquisas e Gestão Estratégica – mencionou o trabalho de revisão da Instrução Normativa nº 72, que trata do fluxo de projetos no CNJ, já para alinhar com o sistema, que foi mencionado pelo Dr. Richard, e que vai trabalhar com a exibição e transparência de desses projetos. Assim, muito em breve haverá alguma alteração - nada substancial -, mas algumas alterações necessárias para se ter um controle melhor sobre aquilo que vem sendo feito no Conselho Nacional de Justiça. Enfim, agradeceu a presença de todos e deu por encerrada a Reunião de Análise da Estratégia.